

CAPÍTULO XXVIII

Rumo ao Subdesenvolvimento Industrializado Maduro

A economia brasileira, nos últimos cinquenta anos, transformou-se em uma economia subdesenvolvida, mas industrializada, capitalista industrial, mas fortemente estatizada. A burguesia é a classe dominante, mas a classe média tecnoburocrática tem uma influência crescente. A ideologia dominante é a do capitalismo competitivo, liberal, mas a sociedade ainda mantém traços autoritários e a economia é monopolista.

É essencial, entretanto, compreender que, apesar desses desequilíbrios e contradições, o Brasil já não é mais uma "banana republic", ou um império semicolonial, ou uma simples economia periférica. A economia brasileira é hoje poderosa, tecnologicamente sofisticada, industrialmente integrada. O mercado interno já é enorme.

A sociedade brasileira é um todo complexo e multiforme, que nada tem a ver com o mundo dos senhores e escravos do século passado, ou com a estrutura social baseada em uma elite latifundiária e numa massa de trabalhadores rurais (intermediada por uma pequena classe média tradicional e parasitária) da primeira república. O Brasil não é mais um misto de sociedade capitalista mercantil e sociedade pré-capitalista, na qual a acumulação primitiva (e não a mais-valia) é a forma por excelência de apropriação do excedente. Não é mais uma sociedade política intrinsecamente autoritária, compatível com esse tipo de apropriação de excedente, embora conserve fortes traços autoritários.

A burguesia no Brasil, hoje, é uma classe poderosa. A acumulação de capital ocorrida neste país, embora tenha permitido a formação de grandes empresas multinacionais e de um grande aparelho produtivo estatal, garantiu também a formação não apenas de uma grande burguesia monopolista local, industrial e financeira, mas também de uma média

e pequena burguesia formada de empresários industriais, agrícolas, comerciais e de serviços, e de um número já considerável, embora ainda sem peso econômico, de rentistas (que vivem de juros e aluguéis).

Esta média e pequena burguesia soma-se à tecnoburocracia, ou seja, aos funcionários e gerentes públicos e privados, para formar uma imensa camada ou "classe" média, extremamente diversificada e contraditória, mas que possui alguns pontos em comum: principalmente padrões culturais e de consumo próximos aos vigentes nos países centrais.

A existência dessa grande camada média somada ao fato de que a extração do excedente já é hoje realizada no Brasil principalmente através do mecanismo da mais-valia garantem a hegemonia ideológica à burguesia.

Isto significa que o capitalismo já não é mais no Brasil algo posto, importado e artificial, mas constitui a própria essência da sociedade brasileira.

A imensa acumulação de capital ocorrida neste país nestes últimos cinquenta anos teve como resultado a consolidação do capitalismo. O Brasil é hoje uma formação social em que o modo especificamente capitalista de produção (baseado na acumulação com progresso técnico e extração de mais-valia relativa) é claramente dominante. A tecnoburocracia é apenas uma classe emergente. O latifúndio mercantil, uma classe em desaparecimento.

Esta economia capitalista monopolista tecnoburocrática está hoje em crise, mas trata-se de uma crise cíclica, que atinge toda a economia mundial. Como todas as crises, esta também deverá ser superada. Entraremos então em um novo ciclo de acumulação e expansão.

É certo que a crise cíclica atual tem outro componente: ao que tudo indica o padrão de acumulação que chamamos de modelo de subdesenvolvimento industrializado, baseado na concentração de renda e na produção de bens duráveis de consumo, esgotou-se. A economia terá, portanto, não apenas de superar a crise cíclica, mas também a crise do próprio padrão de acumulação.

Na verdade, os elementos já existentes na economia brasileira permitem-nos prever que, quando sairmos desta crise, estará sendo definido um novo modelo de desenvolvimento que já poderemos chamar de "modelo de subdesenvolvimento industrializado maduro". Esse novo padrão de acumulação deverá basear-se, de um lado, em uma crescente difusão de bens de consumo duráveis, a partir do crescimento dos salários às mesmas taxas do aumento de produtividade, e, de outro lado, na exportação de produtos manufaturados principalmente trabalho-intensivo, mas tecnologicamente sofisticados.

Entre 1930 e 1960 tivemos o modelo substituição de importação, a

revolução industrial brasileira. Nesse período as exportações e importações estagnaram-se enquanto a economia se voltava para o mercado interno e industrializava-se aceleradamente ao mesmo tempo que o coeficiente de importações (importações sobre o PIB) declinava dramaticamente. Estava em torno de 20% em 1930 e baixou para cerca de 7% em 1960.

Nos anos cinquenta instalam-se em massa no Brasil as empresas multinacionais industriais e as empresas estatais. Era a transição para o modelo de subdesenvolvimento industrializado que irá prevalecer entre 1950 (60) até o presente. O Brasil já é uma grande nação industrial, as exportações industriais começam a crescer, o coeficiente de importações estabiliza-se em torno de 7%. O processo de acumulação, por sua vez, ganha relativa autonomia em seu processo cíclico em relação ao exterior, à medida que os centros de decisão sobre a acumulação de capital se interiorizam.

Enquanto o modelo de substituição de importações financiava a acumulação principalmente através da transferência de renda do setor exportador (café em particular) para o industrial, o modelo de subdesenvolvimento industrializado, especialmente a partir de 1964, vai apoiar-se na transferência de renda dos trabalhadores para os capitalistas e para as camadas médias tecnoburocráticas, através da política deliberada de redução dos salários, enquanto a produtividade crescia aceleradamente. Basear-se-á também na energia barata do petróleo e das hidrelétricas, e finalmente no endividamento externo sem limites como estratégia deliberada de crescimento.

Os resultados são um rápido crescimento, mas também a crise: primeiro a crise do balanço de pagamentos. Em segundo lugar a crise interna, provocada pelo movimento cíclico e pelas políticas restritivas do Governo que começam timidamente em 1974 e chegam ao auge em 1981 — ano da maior recessão de nossa história industrial. Estas medidas restritivas, principalmente monetárias, desaceleram a economia. Por outro lado, os trabalhadores, a partir das eleições de 1974 e depois dos movimentos sindicais de 1978 e 1979, dão um basta à política de compressão salarial.

A desaceleração econômica (e, portanto, a diminuição global da taxa de aumento da produtividade), ao mesmo tempo que estabilizam os salários, levaria à queda da taxa de lucro. Essa queda ocorre, mas não tão fortemente à medida que o Governo vai aos poucos montando um complexo sistema de subsídios compensatórios. Mas é claro que esses subsídios desequilibram o orçamento federal global (inclusive orçamento monetário), cujo déficit chega a cerca de 7% do Produto Interno Bruto. Para financiar esse déficit recorre-se à emissão de moeda, que ajuda a acelerar

a inflação, e ao endividamento interno via lançamento de letras governamentais, que eleva as taxas de juros, estimula a especulação financeira e agrava a recessão.

A crise econômica brasileira de 1974-..., causada pelo esgotamento do ciclo de acumulação anterior (1967-1973) e pela elevação dos preços do petróleo, agrava-se através de uma política econômica monetarista esquizofrênica, que resulta da progressiva paralisação do Estado. O principal instrumento da política econômica é o controle monetário, mais especificamente o controle de crédito. É a política de contenção de demanda agregada (investimentos mais consumo) mais fácil porque atinge indiscriminadamente a todos. Em contrapartida nada se faz em matéria de política administrativa (controle dos diversos tipos de preços), e a política fiscal (despesas do Estado e sistema tributário) permanece basicamente intocada. Pelo contrário, aumentam-se as despesas do Estado (subsídios). Daí o caráter esquizofrênico da política econômica, que de um lado desestimula e de outro incentiva a economia. O resultado é o déficit orçamentário e a "inflação compensatória", através da qual se pretende manter a taxa de lucro das empresas. Os instrumentos de política fiscal e administrativa deixam de ser utilizados porque as mudanças necessárias atingiriam interesses poderosos e específicos.

As tentativas por parte do Governo de implantar uma política econômica alternativa são frustradas pela sua falta de legitimidade política e também pela falta de convicção dos economistas oficiais, que, amarrados a uma visão neoclássica (liberal ou monetarista) da economia, se recusam a utilizar-se de recursos administrativos como um controle seletivo efetivo das importações, um câmbio especial para as operações financeiras e o controle administrativo severo dos setores oligopolistas. O Governo paralisa-se cada vez mais, perde espaço de manobra, como aliás é típico nas crises.

Entretanto, seria enganoso a partir daí montar uma nova teoria da estagnação e imaginar que a crise será permanente.

A ameaça de um processo de argentinização da economia brasileira existe, mas é remota. Quando alguns economistas monetaristas (liberais economicamente e autotitulares politicamente) falam em reduzir o grau de proteção da indústria nacional e sucatear os setores ineficientes, a ameaça de desindustrialização e, portanto, de argentinização torna-se presente. Mas o Brasil já possui uma indústria suficientemente poderosa não apenas politicamente (apesar da mediocridade de alguns de seus líderes e da dependência do Estado de quase todos), mas principalmente no plano econômico e tecnológico, para que tragédias do tipo que aconteceram à economia da Argentina ou à do Chile não se repitam aqui.

Pelo contrário, a tendência é de que nos encaminharemos para a

segunda fase do modelo de subdesenvolvimento industrializado, que proponho chamar de modelo de subdesenvolvimento industrializado maduro.

Continuaremos subdesenvolvidos, porque as desigualdades gritantes, o subemprego, a marginalização econômica e social permanecerão presentes. Mas trata-se de um modelo de industrialização madura, porque no Sul do país o parque industrial brasileiro, ainda que sem plena autonomia tecnológica, atingiu um volume e um grau de integração (complementaridade), de diversificação e de sofisticação tecnológica que o coloca entre as grandes nações industriais do mundo.

Se há alguma dúvida a respeito disso, basta lembrar que mais de 50% de nossas exportações já são de produtos manufaturados, e quase dois terços de produtos industrializados. Definitivamente, já não somos um país primário-exportador.

Para esse grande parque industrial, entretanto, a condição de sobrevivência transformou-se na exportação. O mercado interno certamente continuará a crescer, especialmente através da difusão de bens de consumo duráveis para as camadas mais pobres da população, mas a condição para que esse mercado interno cresça e para que a indústria continue a se desenvolver está no aumento concomitante das exportações. Por isso alguns setores industriais brasileiros deverão cada vez mais ter capacidade de competir em condições de vantagem com os demais países. Nossa grande desvantagem é a incapacidade relativa que ainda temos de gerar tecnologia de ponta. Mas temos algumas vantagens importantes: (1) temos capacidade de absorver tecnologia com grande rapidez graças às empresas e aos engenheiros de que dispomos; (2) temos ainda mão-de-obra barata; (3) temos recursos naturais, exceto petróleo, abundantes.

Para alguns setores industriais tecnologicamente simples e trabalho-intensivos nossas vantagens são óbvias. É o caso da indústria têxtil, de confecções e de calçados, por exemplo. Mas são esses setores que geralmente são mais protegidos tarifariamente nos demais países. Além disso, basear a política de exportação do Brasil nessas indústrias apresenta as mesmas limitações de uma política exportadora baseada na agricultura: (1) esses setores valorizam pouco a mão-de-obra nacional, mantendo-nos atrelados à nova divisão internacional do trabalho, e (2) a concorrência dos demais países subdesenvolvidos em estágio inferior de desenvolvimento (inclusive toda a América Latina) dificulta o êxito das nossas exportações.

Por isso, nos quadros do capitalismo industrial maduro (ainda que subdesenvolvido porque desigual), as nossas exportações deverão concentrar-se nas indústrias tecnologicamente sofisticadas, mas trabalho-intensivas. É o caso da indústria de bens de capital, da indústria eletrônica, da indústria aeronáutica, da indústria de construções de barragens e da

indústria automobilística. Como esses setores industriais demonstraram, é falsa a correlação direta entre indústrias tecnologicamente sofisticadas (que valorizam nossa mão-de-obra) e tecnologia capital-intensiva. É nesses setores que nossos custos industriais (e, portanto, nossa eficiência) deverão ser fortemente competitivos.

É claro que para atingirmos esse estágio a estratégia não será a tolice neoclássica (que infelizmente domina a mente de nossos economistas oficiais) de agir via mercado, reduzindo a proteção da indústria nacional e levando ao sucateamento os setores menos eficientes. Essa estratégia pode ser necessária hoje para o Japão, que acumula saldos comerciais contínuos, mas é um contra-senso em um país que precisa urgentemente estabilizar seu endividamento externo. Conforme observam Maria Conceição Tavares e Carlos Lessa em livro lançado recentemente (*A Economia Política da Crise*, Rio de Janeiro, Vozes, 1982, p. 124), “conferir prioridades às exportações industriais significa dar prioridade ao planejamento industrial de longo prazo”. Foi o que o Japão fez, ao invés de limitar-se a alguns incentivos fiscais e a muitos casuísmos.

Por outro lado, para realizar essa política industrial e de exportação de médio prazo é essencial estabelecer um sistema de financiamento a longo prazo para a acumulação. É o que Ignácio Rangel vem dizendo há muito tempo.

Essa política financeira terá de passar, de um lado, por um razoável reequilíbrio das finanças do Estado, de forma que ele deixe de competir com as indústrias pelos recursos dos capitalistas rentistas; de outro lado, pela criação de novos mecanismos de poupança forçada administrados via bancos de desenvolvimento do Estado; e, de outro lado ainda, por novos mecanismos de captação de recursos pelo setor privado, provavelmente na linha das debêntures que estão recentemente tendo grande expansão.

O importante a assinalar é que a via da competição em pé de relativa igualdade com as demais grandes potências industriais, além de ser o único caminho que resta hoje para o Brasil, é um caminho viável, cujas pré-condições já estão presentes na economia brasileira. No modelo de substituição de importações aproveitamos a reserva de mercado representada pela própria possibilidade de substituir importações. Nossa prioridade não era então reduzir os custos industriais, mas ocupar o mercado, instalar a indústria. Na primeira fase do modelo de subdesenvolvimento industrializado a situação já começava a modificar-se à medida que cresciam nossas exportações industriais, mas ainda foi possível aumentar o mercado para os bens industriais, principalmente duráveis de consumo, via criação do crédito direto ao consumidor e concentração de renda das camadas médias para cima.

Hoje essas oportunidades de transferência de renda para a indústria estão esgotadas e nosso endividamento externo, que já alcança cerca de 70 bilhões de dólares, é altíssimo. Nossa industrialização deverá continuar, mas via exportação de manufaturados tecnologicamente de ponta. O crescimento do mercado interno ocorrerá à medida que cresça a renda. Estaremos então no modelo de subdesenvolvimento industrializado maduro, talvez a última etapa de nossa história e quanto economia subdesenvolvida.

* * *

A consolidação do capitalismo no Brasil será em decorrência do subdesenvolvimento industrializado maduro. Isto não significa, entretanto, que este país esteja condenado ao capitalismo para todo o sempre. Muito pelo contrário, significa que a sociedade e a economia brasileira já começam a ficar prontas para o avanço de estruturas socialistas. Por outro lado, entretanto, significa também que está praticamente afastada a possibilidade de uma revolução pretendidamente socialista, mas de fato tecnoburocrática ou estatal. Seja pelo desenvolvimento capitalista que aqui já ocorreu, seja pela posição geopolítica do país, a probabilidade de uma revolução estatal ser bem sucedida (ou mesmo tentada) no Brasil é extremamente pequena.

Existe, entretanto, um caminho socialista para o Brasil com base não apenas nos trabalhadores, mas também nos intelectuais e estudantes. Apesar da hegemonia ideológica da burguesia é possível prever que muitos que hoje lutam pela democracia lutarão amanhã pelo socialismo. Mas por um socialismo democrático, autogestionário, implantado aos poucos, à medida que a sociedade vá não apenas tomando consciência da superioridade desse sistema, mas também preparando-se para poder dele participar efetivamente. Não tem sentido socialismo democrático sem autogestão. E a autogestão é inviável sem um povo culturalmente preparado e politicamente mobilizado.

Na verdade, não obstante a heterogeneidade do subdesenvolvimento brasileiro, marcado por desequilíbrios estruturais profundos, à medida que a economia brasileira se integra e se aproxima cada vez mais das sociedades capitalistas centrais é de se esperar que ela compartilhe com essas sociedades de seus destinos políticos. Esta é uma garantia para a burguesia de que não há risco de uma revolução estatal, mas é também uma indicação de que conquistas sociais importantes deverão ser alcançadas tão logo os trabalhadores se organizem sindical e politicamente.

Da mesma forma que algumas sociedades européias caminham ainda que lentamente para o socialismo democrático, é de se esperar que o

Brasil também o faça. Os avanços nesse sentido, principalmente na Escandinávia e na Inglaterra, foram consideráveis. Recentemente também se notam progressos na Alemanha e França. Esses avanços foram sempre o resultado da luta de classes, que de um lado estimulou o aumento da produtividade e de outro garantiu que os salários aumentassem a taxas ligeiramente superiores a esse aumento de produtividade. O Brasil não tem seu destino necessariamente ligado ao desses países, mas, dada a integração do capitalismo brasileiro com o capitalismo mundial, é pouco provável que os caminhos econômicos, sociais e políticos divirjam muito. Seria agradável imaginar que poderemos construir uma sociedade mais democrática e mais justa mais rapidamente do que os países centrais. A tendência até agora, entretanto, foi a lenta convergência. Não há fatores novos que autorizem uma perspectiva diferente, apesar do subdesenvolvimento econômico e da marginalidade social e política que continuam a caracterizar a economia brasileira. Esses problemas terão de ser superados através da dialética da luta de classes e do aumento de produtividade que definem historicamente o desenvolvimento econômico capitalista.